

**COMISSÃO ESPECIAL DO PL 2303/2015 (BANCO CENTRAL  
REGULAR MOEDAS VIRTUAIS)**

**REQUERIMENTO N.º DE 2013  
(Do Sr. Roberto Sales)**

*Requer a realização de reunião de Audiência Pública para que as empresa de arranjos de pagamentos colabore com informações relevantes.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para que as empresas abaixo descritas e seus representantes legais, representantes do Banco Central, representantes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, esclareçam sobre diversos pontos acerca de “arranjos de pagamentos”, a saber:

- Representante do Banco Central do Brasil;
- Representante da Caixa Econômica Federal;
- Representante do Banco do Brasil;
- Senhora Fernanda Rachel Zago (CPF 026.255.629-43), representante legal da empresa TIKREL INVESTIMENT e da empresa DICLOMERC SERVIÇOS TÉCNICOS;
- Senhor Martin Tito Caviglia Spinetta (CPF 009.709.795-45), sócio administrador da empresa ASTROPAY BRASIL LTDA e da empresa SATURNO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS;
- Senhor Júlio Cesar Hass (CPF 289.559.939-34), sócio administrador da empresa JETPAG COBRANÇAS LTDA;

## **JUSTIFICAÇÃO**

Após as pesquisas efetivadas pela assessoria do ora requerente nos diversos sítios da rede mundial de computadores (internet) que utilizam “arranjos de pagamentos” para efetivação de negócios celebrados, restou patente que as empresas convidadas exercem o protagonismo no sistema em comento, em diversos segmentos da atividade econômica.

Nesse viés, tão ou mais importante é o comparecimento na comissão em testilha dos bancos públicos mencionados e de representante do Banco do Central para opinar e esclarecer ao parlamento e à sociedade sobre o tema tormentoso de “arranjos de pagamentos”.

Desta forma, a presença de todos os representantes citados trará luz para o debate, esclarecendo o arcabouço regulamentar da atividade de “arranjos de pagamentos” no país, bem como mostrará a juridicidade envolvida para que seja capaz de impedir mazelas no sistema em atividades legiferante futura.

Sala das Comissões, em 31 de Agosto 2017.

**Deputado Roberto Sales**  
**PRB/RJ**